autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 28 DE MAIO DE 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador(a) não identificado(a)
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão
- Falas simultâneas

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas. Temos a presença do Vereador Relator da LDO, Major Palumbo, Vereador Dheison Silva, que acaba de presidir a reunião da Subcomissão de Cultura; Vereadora Keit Lima e Vereador Silvinho Leite.

Há número legal. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 5ª Audiência Pública Semipresencial, dessa Comissão do ano 2025, convocada para hoje, 28 de maio de 2025.

Essa audiência tem como objetivo debater o Projeto de Lei 441/2025, do Executivo Prefeito Ricardo Nunes, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para exercício 2026".

Informo que essa reunião está sendo realizada de forma semipresencial, no auditório Prestes Maia, através do aplicativo Microsoft *Teams*, transmitido ao vivo através da página Auditórios *On-line* do *site* da Câmara e pelos canais do YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para essa audiência pública vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 9/05/2025 e foi publicado nos jornais *O Estado de S.Paulo* no dia 20/05/2025 e na *Folha de S.Paulo* no dia 23/05/2025.

As inscrições para pronunciamentos foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 14/05/2025, no endereço https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas.

As inscrições para pronunciamentos iniciam-se neste momento, e permanecerão abertas até o fim da fala do Secretário Luis Felipe Vidal Arellano, ou do representante. Então, estão abertas as inscrições neste momento. Ok.

Foram convidados para essa audiência o Sr. Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda, representado pelo Subsecretário do Tesouro Municipal, Sr. Henrique de Castilho Pinto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, sim, vamos por ordem. Clodoaldo é chefe da maior pasta, hoje, do município.

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

Muito bem. Também foi convidado o Sr. Clodoaldo Pelissioni, Secretário Executivo de Planejamento e Eficiência - presença confirmada, muito obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É o Secretário.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É, agora não é mais "Executivo" não, é o Secretário.

Sr. Domingos Dissei, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, representado pelo Coordenador de Controle Externo, Sr. Gustavo Ripper. Está de forma virtual, Gustavo, não é?

O SR. GUSTAVO RIPPER - Estou aqui, bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. E também... Vereadores da Casa e a sociedade em geral.

Nobre Relator Vereador Palumbo, ouviremos o Secretário Clodoaldo... Ao fim de sua fala, encerram-se as inscrições. Pode ser assim?

O SR. MAJOR PALUMBO – Com certeza, Sr. Presidente. O... Vamos então pedir, já, pra que ele possa...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Acho que o Vereador Silvinho Leite pediu pela ordem. (Pausa)

O Vereador Silvinho precisa sair para um evento importante, vou passar... Vou passar a palavra ao Vereador Silvinho Leite.

O SR. SILVINHO LEITE – Pela ordem, Presidente, bom dia. Bom dia a todos, bom dia aos Secretários, bom dia aos nobres pares, e bom dia a todos os munícipes aqui presentes.

Apenas uma colocação, rapidamente, ao nosso Relator, Vereador Major Palumbo. Gostaria, depois podermos sentar e fazer algumas emendas, alguns relatórios de itens que eu acho importante, tanto para LDO, no PPA e para a LOA. No caso da LDO, gostaríamos de depois sentarmos e verificarmos a possibilidade de ampliarmos os serviços de hospitais veterinários

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

com castração móvel a cada unidade criada. Atualmente, hoje não existe esse serviço. Estamos vendo que está muito precário. Vamos tentar construir junto com V.Exa., o atendimento especial nessa área dos hospitais veterinários e castração móvel na cidade de São Paulo.

Também as casas de acolhimento às famílias atípicas. Hoje nós temos os Centros TEAs, um projeto muito bacana, mas estamos vendo que o número de pessoas atípicas tem crescido muito na região, e nós estamos esquecendo de trabalhar os pais, as mães, os irmãos. Gostaríamos de construir, juntos, na LDO, no PPA e na LOA,o atendimento especial para esses números, que realmente vem causando muita estranheza em toda a cidade e no país. Gostaríamos de discutir isso dentro da LDO.

As farmácias de alto custo, uma parceria do Governo do Estado com a Prefeitura de São Paulo, também, gostaríamos de discutir dentro da LDO. Estaremos apresentando emenda para isso.

O biodigestor, que já é um sucesso, inclusive já aparece em algumas creches na cidade de São Paulo, e nós gostaríamos de ampliar esse trabalho para os hospitais, AMAs, UBSs, escolas e creches.

E um dos temas que nós discutimos muito no ano passado e queremos discutir dentro da LDO, e fazer uma emenda e representar sobre isso, que é a capacitação de professores e pedagogos para o atendimento a crianças PCDs, especiais e com autismo. Criar um programa na rede que possa profissionalizar, ter profissionais multidisciplinares para poder ter esse atendimento dentro da rede pública de São Paulo. Essa seria a minha colocação inicial para a LDO.

Peço desculpas por não poder ficar, porque eu gostaria muito de ficar na audiência hoje para discutirmos esses temas, mas estamos indo agora para um outro evento tão importante quanto, e que hoje gera muito emprego, fomenta o comércio local, que é a abertura da Taça das Favelas. Depois que esse evento veio para São Paulo, Presidente Jair Tatto, revolucionou a várzea. Temos crianças, jovens, que não tinham uma esperança real e hoje nós temos jovens que, desde a primeira edição da Taça das Favelas, já estão jogando fora, jogando em grandes

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

times profissionais do Brasil, e que realmente fez toda a diferença nas comunidades periféricas.

Então, eu peço desculpas e peço licença para poder sair, mas eu queria deixar esse tema, porque eu acho que é muito importante, e depois nós vamos apresentar algumas emendas ou relatórios junto ao nosso Relator.

Muito obrigado, Presidente Jair Tatto. É o que eu tinha para lhes falar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Silvinho. Registro a presença da Vereadora Janaina Paschoal conosco, aqui. Então, eu passo imediatamente a palavra ao Secretário Clodoaldo Pelissioni.

O SR. CLODOALDO PELISSIONI – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Jair Tatto, o Relator Major Palumbo, a Vereadora Janaina Paschoal, a Vereadora Keit, o Vereador Silvinho, o Vereador Dheison, que eu estou conhecendo hoje. Muito prazer, Vereador.

Eu queria, na verdade, pedir a apresentação que nós já fizemos, até para dar uma rememorada a algumas pessoas que não puderam estar aqui. A novidade é que nós temos os comentários do Tribunal de Contas, que nós já podemos, também, debater. Vou aguardar o representante do Tribunal, para que a gente possa esclarecer os pontos aqui que foram levantados.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. CLODOALDO PELISSIONI – Então, nós temos a estrutura do projeto de lei da LDO, elaboração de proposta orçamentária, o primeiro capítulo são as disposições preliminares, das orientações gerais para a elaboração da proposta orçamentária, estrutura e organização do Orçamento, alterações da legislação tributária; o Capítulo V, das orientações relativas à despesa de pessoal e encargos; o Capítulo VI, orientações relativas à execução orçamentária e o Capítulo VII, das disposições gerais.

Os princípios gerais para o Orçamento de 2026 são a sustentabilidade, gestão fiscal

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

responsável e equilibrada, e adicionando aqui, evidentemente, nós estamos em um processo para implantar, com a ajuda da Câmara, do Tribunal, o orçamento climático, o orçamento verde, que é uma novidade, principalmente no C40, uma das principais cidades do mundo, para ver se nós conseguimos ter esse acompanhamento das emissões, das medidas que nós estamos fazendo. Essa vai ser a novidade no nosso Plano de Metas. Participação social, o orçamento cidadão, nós fizemos as audiências, foram 37 audiências do Plano de Metas conjunto com o orçamento cidadão, 10 milhões de intervenções para cada subprefeitura. Justiça social, transversalidade, regionalização, redução das desigualdades. E o último princípio: transparência, amplo acesso aos dados, informação em linguagem simples.

Temos aí o anexo I, com os riscos fiscais relacionados ao cenário base; variação nas receitas previstas por aceleração macroeconômica; variação nas despesas fixadas por inflação, ou problemas na execução; variação na dívida pública, não-relacionados ao cenário base; demandas judiciais mensuráveis e possível derrota; recomposição de depósitos judiciais; risco de aporte emergencial de capital em empresas controladas; risco de receitas e despesas em concessões de PPP.

São as principais variáveis econômicas que nós utilizamos: o PIB para 2025 nós usamos 2% para 2026, 1,7% e estamos usando o PPA para 2027, 1,97%, 2% para 2028. O PIB de serviços que reflete o crescimento da nossa principal receita com o imposto, que é o Imposto Sobre Serviços, 1,90% para 2025; 1,70% para 2026; 1,98% para 2027 e 2% para 2028. Inflação ali na quarta linha, o IPCA para esse ano, 5,60% para o ano que vem; 4,35% para 2027, e 3,80% para 2028. O IPCA, o IGPM, utilizado em alguns contratos e principalmente no setor de infraestrutura, 5% para 2025; 4,5% para 2026; 4% para 2027, e 4% para 2028. Então, essa é a inadimplência do IPTU, estimada para esse ano 11,7%; 11,5% para o ano que vem, e 11% para os demais anos. Pagamento à vista, 19% para esse ano, 20% para o ano que vem, 21% para 2027 e 2028. Então, essas são as principais variáveis macroeconômicas utilizadas nesse projeto de LDO.

Segundo anexo das variáveis econômicas: Temos aí índice de participação do

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

município no ICMS, que infelizmente vem caindo, mas ele vai, esse ano previsto, a queda de 5,69%, mas para os demais anos uma queda de 2%. Tem o crescimento da frota, que indica a arrecadação do IPVA, 2,8% para esse ano; 2,5% para o ano que vem; 2,3% para 2027, e 2% para 2028. Variação de preço de automóveis usados, depois automóveis novos. A Selic no período, hoje já está em 14,75%, estimamos para 15% até o fim do ano, e ao longo dos anos vai caindo para 12,5% em 2026; 10,5% para 2027 e 10% para 2028. E o câmbio na ordem de R$ 6,00 para esse ano; R$ 6,00 para o ano que vem; R$ 5,90 para 2027, e R$ 5,90 para 2028.

Esse é o quadro da revisão das metas fiscais. Aqui tem uma variação na questão que nós já explicamos, dos restos a pagar, das inscrições. O Secretário do Tesouro pode esclarecer, se for necessário.

O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO – Bom dia a todos. Vou só fazer um comentário breve, essa é uma alteração pequena nas metas fiscais do exercício de 2025, não tanto em função do que a gente espera para 2025, mas também do que aconteceu em 2024. Na prática, o resultado primário, a gente espera que esse ano seja maior, um pouco melhor do que esperava no ano passado, mas, em compensação, o resultado nominal deve ser um pouco pior esse ano do que a gente imaginava quando foi aprovada a LDO de 2025, basicamente porque o endividamento do município que a gente esperava que acontecesse no ano passado não aconteceu, e esperamos, então, que aconteça nesse ano.

Então, como o resultado nominal é a variação da dívida, na prática, a gente está prevendo para esse ano uma dívida menor do que previa anteriormente, só que a distribuição do endividamento alterou ao longo do tempo. Então, ano passado foi um aumento um pouco menor, esse ano um aumento um pouco maior, mas, na soma dos dois, ainda assim, o endividamento global ao final desse exercício, deve ser menor do que o que a gente previa em 2025. Desculpe, em 2024 para 2026.

O SR. CLODOALDO PELISSIONI – Obrigado, Secretário Henrique.

As metas fiscais, a receita para 2026, a previsão é R$ 128 milhões; para 2027, R$ 136 milhões e para 2028, R$ 145 milhões. Este ano é de R$ 125 milhões a receita prevista, o

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

orçamento previsto para o exercício de 2025.

Aqui, as receitas divididas por fonte, nós temos o Tesouro Municipal, as operações de crédito, transferências federais, estaduais. As transferências federais se concentram na saúde e educação. Temos os nossos fundos, Fundeb, que é a repartição das receitas da educação; autarquias, fundações e outras fontes. As transferências vinculadas são os fundos que nós temos. Operações urbanas, empresas dependentes e alienação de bens. E a Previdência, como as receitas previdenciárias vão variar nos próximos anos para chegar na receita final do próximo ano, que é o objeto da LDO, de R$ 128 milhões e R$ 860 milhões.

Como as despesas vão se comportar, de acordo com as nossas previsões, temos lá pessoal, encargos, ainda bem abaixo do limite prudencial, Henrique. As despesas com a dívida, despesas correntes, despesas de capital, temos a orientação do Prefeito, que é manter o investimento da cidade acima de R$ 15, 16 bilhões por ano, porque é importante. Nós temos os investimentos feitos com recursos do Tesouro, com o Fundurb, FMSAI, FMDT, Fundip, e com as operações urbanas. Estamos fazendo um trabalho, dado que temos um novo Plano de Metas, de apresentar os projetos para os bancos de fomento, bancos comerciais, enfim, para que nós possamos ter os financiamentos e vamos apresentar para a Câmara, se precisar, um novo limite para autorização.

Hoje o endividamento da Prefeitura é baixo, 14%, é um endividamento considerado exemplar, todas as agências têm *triple "A"*, a nossa Prefeitura é classificada como *triple "A"*. Então, todo o nosso esforço é para manter o investimento, para que a gente possa fazer os investimentos na área social, na infraestrutura, na drenagem, mobilidade, habitação, enfim, para que possamos melhorar a qualidade de vida dos paulistanos e das pessoas que aqui residem.

Aqui, importante, de acordo com a nova emenda da Lei de Responsabilidade Fiscal, o município tem que se manter gastando com custeio até 95% da receita corrente líquida, para o ano de 2026 nós estamos prevendo 94,23%; 27, 94,02%, e 2028, 94,18%. Portanto, vamos atingir esse dispositivo muito importante, mantendo a cidade sob a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

Aqui temos as renúncias das receitas, todas elas aprovadas por legislação, R$ 3 bi de gasto tributário, R$ 24 bi e 600 de alíquotas de ISS abaixo de 5, imunidade condicionada R$ 6,3 bi, e benefícios financeiros R$ 193 milhões, totalizando 34,2 bilhões de reais.

A dívida pública, que é a estimativa, previsto para 26, R$ 43 bi; R$ 47 bi para 2027, e R$ 50 bi para 2028. E estamos prevendo, com isso, novas operações de crédito vantajosas: de BIRD, BID, BNDES e CAF, Corporação Andina de Fomento, para que possamos realizar os principais investimentos constantes no Plano de Metas.

O Plano de Metas. Aqui são os investimentos que, para o orçamento, para o exercício de 2026, estamos prevendo gastar R$ 9,6 bi nas metas que nós estamos apresentando, mas não quer dizer que nós... Temos obras e investimentos que não estão constantes no Plano de Metas. Elas já estão no final, estão em curso, então o investimento, obviamente, é maior no ano, e está previsto R$ 16 bilhões. Então, só para constar aqui, uma obrigatoriedade da legislação, esse é um investimento que está sendo previsto constante nas 126 metas do nosso plano.

Enfim, estou aqui para agradecer vocês, tivemos os comentários do Tribunal de Contas, temos análise da nossa equipe técnica, e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se julgarem necessários e que as pessoas, os participantes, possam vir a ter dúvidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário.

Tribunal de Contas do Tesouro, Henrique de Castilho Pinto.

O SR. HENRIQUE CASTILHO PINTO – Bom dia, Sr. Presidente. Eu entendo que a apresentação do Clodoaldo foi completa, os pontos principais aqui já foram tratados. Fico aqui à disposição para, caso surgir alguma dúvida relacionada às questões das metas fiscais ou, enfim, alteração da meta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Eu peço licença aos senhores, eu vou suspender a audiência pública para abrir a reunião ordinária de Finanças e, imediatamente, também suspendo a reunião ordinária para voltarmos, coisa de cinco minutos, ok? Peço a

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

compreensão dos senhores.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a Presidência do Sr. Vereador Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Retomando, então, a audiência pública do PL 441/2025.

Não deu tempo de passar para o Sr. Gustavo Ripper do TCM, mas agora tem a palavra o Sr. Gustavo. Repito que as inscrições se encerraram na fala do nobre Secretário Clodoaldo.

O SR. GUSTAVO RIPPER - Bom dia a todos. Cumprimento o Sr. Presidente, o nobre Vereador e os Srs. Secretários de todos os municípios que nos acompanham nesta audiência.

Obrigado pelo convite para participar. Meu comentário vai ser breve porque tem que ter menos de 10 minutos.

A Auditoria do Tribunal acerca do Projeto da LDO de 2026 foi finalizada. Encaminhamos esse relatório para a Comissão de Finanças e Orçamento, antecipadamente, por *e-mail*. E o nosso objetivo, como eu sempre falo, é tentar atuar de forma concomitante ainda nas discussões desse projeto, tanto junto à Secretaria da Fazenda, como à nova Secretaria de Planejamento, à própria Comissão, incluindo suas audiências. Esta é a ideia e por isso que essa auditoria gira toda em torno de sugestões, de recomendações para a melhoria do texto do projeto e, consequentemente, para o próprio planejamento orçamentário do município para 2026.

Como falei nesta na primeira audiência, o objetivo dessa auditoria é verificar se o projeto está conforme as principais legislações, LRF, Lei Federal 4.320, Constituição, normativos do Tesouro. Verificamos, também, a projeção das receitas e das despesas para 2026 e para os próximos anos, considerando tanto o cenário atual quanto o comportamento histórico. E a LDO, especificamente, tem - por força dos normativos legais - critérios muito próprios, bem particulares, o que deve constar na LDO e o que não deve constar na LDO. Então nos pautamos muito nesses critérios legais.

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

A equipe de auditoria manteve a comunicação frequente com os auditados, os gestores durante todas as etapas do trabalho, tanto a Secretaria da Fazenda, quanto a Secretaria do Planejamento e nós - gosto de destacar a nossa boa comunicação com elas, e com a nova Secretaria também -, pela celeridade, pela atenção de todos os envolvidos em relação ao nosso trabalho.

Então, o relatório de auditoria teve 14 apontamentos. Também sugerimos diversos ajustes de itens formais no projeto, mas foram 14 apontamentos que consideramos como relevantes. Realizamos uma reunião de encerramento com as Secretarias que fizeram suas devidas ponderações, mas esse momento do contraditório formal ainda está aberto.

Encaminhamos o relatório recentemente, então é natural que o contraditório formal com as Secretarias de posse do relatório possa se manifestar no processo.

Para não tomar muito tempo da audiência, tendo em vista que o relatório foi encaminhado, selecionei três achados que considerei mais importante trazer aqui: O primeiro foi o contingenciamento de despesa. No projeto da LDO, não consta uma definição dos critérios para escolha das despesas que seriam contingenciadas, caso seja verificado ao final de bimestres que a realização da receita pode não comportar o cumprimento das metas de resultado. Este apontamento trata de critérios e de formas de limitação de empenho.

Entendemos que o art. 38 do projeto trata de critérios muito gerais, globais, não orientando com precisão quais seriam essas despesas em que incidiriam o contingenciamento, nem em grau, nem em ordem de despesas, sequer quais tipos de despesas ou funções. Inclusive, no ano de 2024, tivemos o descumprimento da meta de resultado primário, meta essa aprovada e revisada pela Câmara, o que demonstra a importância da necessidade de uma definição de parâmetros claros e objetivos, de quais seriam as despesas ou as dotações escolhidas, no caso de um contingenciamento.

Apontamos, também, como referência o projeto da LDO da União de 2026, que traz maiores detalhes sobre essa eventual limitação que consideramos como um bom *benchmarking* para o município.

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

O segundo achado sobre resultado primário, analisamos, como falei, as projeções de resultado primário e verificamos que as projeções para 2026, podem não refletir de uma maneira fundamentada a política fiscal do município. Identificamos algumas inconsistências na metodologia de cálculo, principalmente na variável Restos a Pagar. A projeção para o pagamento de Restos a Pagar não está compatível com o comportamento histórico, está ignorando efeitos inflacionários, a expansão do gasto público nos últimos anos. Então, fizemos uma proposta de recomendação para a Secretaria da Fazenda para que se projete uma taxa de rolagem desses Restos a Pagar com base no histórico, considerando que nem todos os restos a pagar são pagos ou inscritos, mas podem ser transferidos para o próximo exercício, e também para considerar o histórico dos últimos cinco anos de cancelamento de Restos a Pagar.

Abordamos isso no relatório sobre o resultado nominal, o próprio Sr. Subsecretário falou “temos uma preocupação com a trajetória da dívida pública do município para os próximos anos”, verificamos uma trajetória preocupante. Mas, vamos ter audiência amanhã de metas fiscais, resultados fiscais da LRF, por isso deixo para falar amanhã.

E o último achado, o último apontamento que trazemos, é sobre créditos adicionais. Já é um ponto recorrente que trazemos nos últimos projetos de LDO e de LOA, que é sobre o limite para abertura de créditos adicionais suplementares. Entendemos que o limite de 9% abarca uma série de exceções muito diversas, e que compromete a própria eficácia do limite, se é estabelecido um limite, mas uma série de exceções fogem a esse limite, entendemos que isso compromete o próprio piso do limite, porque tem uma série de exceções em relação à função, educação, saúde, transporte.

Essas exceções comprometem essa efetividade, aumenta a discricionariedade do Poder Executivo Municipal, dificulta o controle social, diminui a independência do Poder Legislativo, enfraquece a participação popular também - considerando que a população é parte desse ciclo orçamentário, com as suas audiências e o envio das demandas. Então só para trazer um exemplo e ilustrar, em 2024, o limite de 9% foi cumprido pelo município, um percentual de 4,5%, 4,9%, mas se considerarmos todas essas exceções dessas funções fora do limite de

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

crédito adicional, o Poder Executivo abriu 36% de créditos adicionais, ou seja, modificando o orçamento aprovado pela Câmara em 36%. Então, a nossa proposta de encaminhamento é uma recomendação para que a Prefeitura reveja esse rol de exceções e, se necessário, o aumente e estabeleça um novo percentual para abertura de crédito adicional para que se permita uma maior razoabilidade nessa discricionariedade pelo Poder Executivo. Retiram-se as exceções, aumenta o limite, e entendemos que é uma forma mais transparente.

São estes três apontamentos que selecionei para mencionar aqui. Todos os demais estão apontados no relatório de auditoria que foi encaminhado para a Comissão, para a Secretaria da Fazenda e para a Secretaria de Planejamento. São esses os comentários iniciais do Tribunal de Contas. Fico à disposição permanente.

Uma boa audiência para todo mundo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Gustavo.

Ficou muito explícito que a verba das exceções, segundo o Tribunal, 36%, que foi remanejado. 35% a 36%, depois do que está previsto que é 9%, utilizou-se de 4,5% a 4,9%. O Tribunal propõe claramente que reduza as exceções. Porém, tomamos cuidado porque dentro das exceções tem saúde, tem educação, tem assistência, mas fica explícito que esta Casa fica cada vez mais um puxadinho do Poder Executivo. Vejo o técnico do Tribunal propondo que se aumentasse, porque a nossa luta sempre foi reduzir, cheguei aqui era 16...

A nobre Vereadora Dra. Sandra Tadeu, presente aqui conosco, que é membro da Comissão...

Quando cheguei aqui, há 12 anos, era 16%, e caminhávamos para reduzir, cada vez mais. Estamos numa situação inversa agora, se propõe que há uma margem muito extensa para remanejamento com as exceções, então, inverteu-se. O próprio Tribunal agora propõe.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Pela ordem, Sr. Presidente, tenho até, se V. Exa me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, só estou.... É que isso sempre me chamou atenção aqui. É criada uma liberdade, não vou dar o nome que dão de “cheque em branco”, pois

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

não utilizo esses termos para o Sr. Prefeito, mas estamos numa situação inversa de quando cheguei, porque hoje se propõe que até aumente essa verba de remanejamento, mas diminui essa liberdade que são as exceções.

Calculo, não sei, depois o Sr. Secretário me fala, que 80% do Orçamento, estou chutando, entra nas exceções.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Exa. me permite sobre este ponto?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu já vou abrir as inscrições.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Um dos pontos que eu trouxe para debater, e até fiquei feliz com a fala do Sr. auditor do TCM, foi justamente esse. Apresentei uma emenda ao Projeto da LDO para restringirmos esse tal remanejamento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – As exceções?

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Sim, vamos manter os 9% mas alterar as exceções, porque não temos um quadro como este, do município, nem no âmbito federal, nem no âmbito estadual. Então, peguei como parâmetro o que acontece no âmbito estadual e coloquei nessa emenda. Apresentei ao nosso Relator, porque não é possível que esta Casa vire, não vou nem utilizar “puxadinho”, ou que fique submissa. A peça orçamentária, em todos os seus formatos - LDO, PPA e a LOA - não pode ser uma ficção.

Peço apoio a essa emenda. Depois vou entregar para V. Exa., porque ela apenas traz para esta Casa o papel que tem que ter com relação ao orçamento a ser aprovado, e depois fiscalizado. Então, até fiquei feliz em ouvir o auditor, porque é algo que eu coloquei aqui nessa emenda. Precisamos resgatar esse papel.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

V. Exa. já fez sua manifestação. Deixo para o Sr. Secretário... Só.... Mas vamos ouvir a população e seguir com os nobres Vereadores. Estes vão se inscrevendo, conforme Dheison aguarda. São 5 ou 6 inscrições. Pode ser?

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

Eu já deixo aqui, nobre Sr. Secretário, no Programa de Metas, temos... Acho que 126 metas. Na LDO está constando 50 e alguma coisa, é isso. Deu para entender a pergunta?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Então, eu queria verificar essa diferença e por que ela ocorre.

Chamadas *on-line*, inscrições já estão fechadas, ok?

André Luzi de Campos. (Pausa) Lauana Paes. (Pausa) Mauro Silva, jornalista. (Pausa) Genildo Alexandre da Silva. (Pausa) Dora Lima.

A Dora Lima está presencial, então está nessa listagem aqui, não é? Não colocamos. Então, Sra. Dora Lima, nós precisamos trabalhar com 3 minutos.

Nobre Relator, eu tenho que deixar para o final.

Sra. Dora, permita-me - só para encerrar esta listagem, pode vir até o microfone.

A Sra. Rosângela Vieira seria a próxima *on-line*.

Então, na fala da Sra. Dora Lima, encerram-se as chamadas *on-line*.

A SRA. DORA LIMA - Bom dia a todos. Quero dar parabéns à sociedade civil que está assistindo *on-line*, aqui presencial é um desafio. Quero cumprimentar a Mesa, mas quero dizer que acessei o *site* e o parecer do Tribunal de Contas não está no *site*. Então, senti-me pouco comprometida com a LAI, pois sou Conselheira de Saúde e não tive acesso. Quero solicitar este parecer e que seja enviado, em meu nome, para o Conselho de Saúde da Supervisão Técnica.

A outra coisa é que senti falta dos anexos da Lei 4.320, e percebi que os anexos estão só sobre a Lei 101/2001. Senti essa falta para que pudéssemos avaliar melhor como Conselheira. Fica difícil porque o Orçamento não é de ficção, é concreto e senti falta do detalhamento dos programas. E o desejo da população? Se participo de uma audiência, de uma conferência, esse desejo torna-se um programa e que depois, as prioridades.... Claro, não dá para colocar todos os programas, mas que a população seja ouvida para as prioridades.

Quero registrar esse desejo da população para que participemos também, das

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

prioridades.

Muito obrigado e bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sra. Dora, já estamos providenciando. Já chega nesta Comissão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – SPLegis disponível também.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vai incluir no projeto? Sim. Será incluído no Projeto. Peço já a inclusão, peço à nossa Secretaria, o parecer do novo projeto.

Presencial, o Sr. Rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – Bom dia ao nobre Vereador Jair Tattoo, que representa todos estes legisladores.

A energia que os legisladores estão falando, se isso acontecer na cidade de São Paulo, vai ser uma revolução, porque a pauta que vocês estão falando é o que acreditamos.

Ao pessoal do planejamento, tem uma parada... Vocês são novos na cidade de São Paulo, é uma nova Secretaria que ocupou o espaço da Fazenda. Então, Sr. Secretário de Planejamento, fiquei meio confuso com a apresentação. O Sr. disse que todo mundo entendeu e tal, mas, geralmente, costumo ver o documento do pessoal da Secretaria de Fazenda. Eu gostaria de entender mais o que é planejamento, porque uma das coisas que vimos discutir justamente “qual o planejamento da cidade de São Paulo, nos anos que virão?” E planejamento... Porque eu vi que será colocado um bom dinheiro, gasto em construção, etc, mas eu como cidadão tenho outras coisas, pois eu queria saber que cidade que vou morar daqui a dois ou três anos. E o problema... Aí, eu vou para a LDO... O problema da LDO, que é uma Lei... Só que esse é um problema... Tudo isso custa um dinheiro violento do orçamento público, tem efeitos. Nunca temos essa compreensão, mas tem efeitos na sociedade tudo o que é feito aqui com o dinheiro público e a função pública, só que é ignorado depois. Tudo é discutido dentro dos gabinetes, não são cumpridos os contratos feitos com sociedade civil, o Legislativo e o Executivo,

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

mas são coisas que estão garantidas na Constituição, etc, etc.

Então, se a Prefeitura de São Paulo garantir que a LDO – o Palumbo está à frente à frente para fazer – seja cumprida; se se cumprir a LDO do jeito que está escrita, dessa vez a parte da cultura vai ser um sucesso, porque o Palumbo é o primeiro cara que fala para a gente que 2,4 bilhões de reais na Cultura. O Palumbo é o cara que fala que o ano passado gastaram R$ 1 bilhão e pouco na cultura.

Para terminar, cidades do país inteiro têm orçamento de 500 milhões de reais. Aí, um Secretário tem um orçamento de R$ 1 bilhão e pouco e não consegue atingir todas as pessoas do setor cultural. O setor cultural não é tão grande assim. Ele é grande, mas é um setor. Às vezes, a gente não vê esse planejamento. A gente vem aqui, parece que esse debate vira um debate psicológico: "Psicologicamente, politicamente, eu vim resolver meus problemas. Terminei de falar, tranquilo". Não, a gente vem para a Câmara Municipal e tenta falar com o Executivo para a sociedade civil construir junto, porque os dinheiros saem dos impostos do cidadão, e vocês recebem o dinheiro do cidadão, não do bolso do Prefeito. O Prefeito não tem dinheiro, quem tem dinheiro é a cidade de São Paulo, e a política tem que amparar a todos, principalmente a periferia.

Então, Palumbo, eu peço com todo o carinho: vamos preservar o debate que a gente fez do orçamento para a periferia, os 2%, se for possível; e também preservar as questões do *break* e o acesso. Porque vocês estão dando acesso para a gente conversar, só que no Executivo isso não acontece. Acontece com o amigo dos amigos que os Vereadores caguetam. A fala de vocês é o que a gente sente. A gente tem o portão fechado, não um espaço público, e não poderia.

- Assume a Presidência a Sra. Vereadora Dra. Sandra Tadeu.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Sandra Tadeu) – Próxima, Márcia de Oliveira.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA - Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Vereadores. É bom falar com os pares do Executivo. Meu nome é Márcia de Oliveira, sou representante da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores do Município de São Paulo

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

– FASP. Viemos tentar conversar sobre planejamento, que é a minha área, sou administradora. Tenho 36 anos de Prefeitura, continuo ativa.

Neste momento em que a gente está falando de planejamento, a gente queria estar antecipando uma conversa. Em 2025, nós tivemos a aprovação da lei do reajuste geral anual de servidores em duas parcelas. Então, vai haver uma previsão orçamentária para o ano que vem, para haver a complementação dessa parcela, e a gente está querendo discutir a revisão geral anual, o indicativo do Executivo e do comprometimento do Prefeito de rever, de colocar essa revisão geral anual de forma antecipada, garantindo a inflação, como para qualquer trabalhador e para qualquer parcela da população. Nós somos servidores. Nós vimos os investimentos que estão sendo propostos pelo governo. Nós estamos atuando com 29% a 30% da Lei de Responsabilidade Fiscal, e a gente não quer ultrapassar isso. Porque a gente quer uma cidade de investimento, e somos nós, servidores municipais, que vamos colocar todo esse programa em prática. Não existe investimento, não existe política pública sem servidores municipais fazendo a execução, inclusive são os meus colegas do Executivo que estão fazendo esse planejamento.

Então, nós estamos querendo fazer essa conversa antecipada, e para garantir o quê? Vamos diminuir os desgastes desta Casa. Todo mundo me conhece, estou sempre aqui. Vamos discutir o planejamento antecipadamente, é isso o que a gente deve fazer. Uma cidade bem planejada, uma cidade organizada também coloca no seu planejamento quem é o trabalhador, e o trabalhador somos nós, do Executivo. E estamos aqui antecipadamente para discutir, para abrir um espaço e colocar, dentro das diretrizes que a gente tem na lei orçamentária, o indicativo de revisão geral anual. Não estamos pedindo e não estamos falando nada de aumento de servidor, estamos somente falando da revisão inflacionária do período. É isto o que a gente quer deixar como indicativo no anexo 21: um indicativo, no planejamento, de que a gente possa garantir a discussão, de forma explícita e transparente, da revisão geral anual, discutindo somente a revisão inflacionária.

Nos colocamos à disposição para discutir. A FASP é uma entidade que congrega 13

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

entidades, é uma federação. Temos técnicos para discutir dentro da Fazenda, dentro da Secretaria de Planejamento, para a gente fazer um documento e garantir isso de forma antecipada. O que a gente mais gosta de fazer é trabalhar. A nossa intenção é entregar os melhores serviços da melhor forma para a comunidade, pois é isso o que nós, como servidores públicos municipais, temos como missão.

Obrigada. (Palmas)

- Assume a Presidência o Sr. Vereador Major Palumbo.

O SR. PRESIDENTE (Major Palumbo) – Próxima oradora, Sra. Isabel Santos.

A SRA. ISABEL SANTOS – Bom dia a todos. Cumprimento os Parlamentares e todos os presentes. Sou Isabel Santos, Coordenadora do Fórum Estadual do Forró de Raiz São Paulo. Gratidão pela oportunidade. Estamos aqui desta vez finalmente debatendo a LDO depois de seis anos tendo nossos recursos sempre remanejados, porque esta é a única forma de tentarmos que isso deixe de acontecer. De acordo com parlamentares que já disseram que o PPA, a LOA, todas as leis relativas ao orçamento, elas não podem ser fictícias.

Há seis anos, ano após ano, temos vindo a esta Casa para, com os Parlamentares, debater o Orçamento e construir essas peças orçamentárias. Vou dar o exemplo do patrimônio material de que nós cuidamos, mas isso também reflete em outras expressões e linguagens: já tivemos remanejamentos da ordem de 80%, e 100% no ano passado. Quer dizer, deixou de ser executado o que previsto é por lei. Já nesta Casa conseguimos a Lei de Fomento.

Então, que a LDO tenha um gatilho obrigatório para a execução da cultura. Que tenha um teto de remanejamento entre rubricas de no máximo 20%. Que esse orçamento seja cumprido na ordem de 80%. Essas são exatamente as regras que nós, enquanto fazedores de culturas, agentes culturais, também cumprimos dentro dos projetos que mandamos para os editais. Também só temos 20% de remanejamento entre rubricas. Então, por que uma balança tem que pesar diferente de um lado e não de outro? E sendo a cultura, infelizmente, um dos únicos setores que é totalmente discricionário, nós ficamos completamente à mercê da decisão dos gestores de plantão. Então, peço para que esta Casa realmente decida por nos ajudar, por

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

ajudar a cultura, que é um setor de trabalho.

Entidades como FGV, entre outras, mostram que a cada 1 real investido em cultura, R$ 1,60 volta. Que investimento retorna 60% do valor investido? Então, vamos priorizar a cultura e fazer valer nas peças orçamentárias o que nós debatemos aqui ano a ano durante dois meses.

Obrigada. (Palmas)

- Assume a Presidência a Sra. Vereadora Dra. Sandra Tadeu.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Sandra Tadeu) – Tem a palavra a Sra. Beatriz Pavan.

A SRA. BEATRIZ PAVAN – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa e os presentes. Meu nome é Beatriz, eu estou aqui representando a Associação dos Analistas de Meio Ambiente. Trazemos algumas observações sobre as diretrizes orçamentárias para 2026. No artigo quarto do PL em pauta está previsto que a proposta orçamentária do município será observada, elaborando-se, dentre outras, as seguintes orientações gerais: fala-se em preservação do meio ambiente, apoio, incentivo à produção orgânica, destinação dos resíduos sólidos, preservação do patrimônio histórico, material e imaterial das manifestações culturais. Fala também em valorização salarial das carreiras dos servidores públicos.

Assim, gostaríamos de reforçar a necessidade de que essas diretrizes sejam consideradas na Lei Orçamentária, observando a necessidade de ampliação do quadro de servidores efetivos por meio de concurso público, uma vez que diversas carreiras como a nossa estão defasadas, o que prejudica o atendimento das demandas da cidade e o cumprimento do Plano de Metas. Destacamos que a valorização e a realização de concurso público, destinado à carreira de analista de meio ambiente, são fundamentais para fortalecer as ações de preservação, fiscalização e gestão ambiental do nosso município, garantindo que tenhamos mais profissionais capacitados para cuidar do nosso patrimônio ambiental. É importante destacar que já se passaram 17 anos desde o nosso último e único concurso. Hoje em dia, só se fala de meio ambiente, e nossa carreira está nessa situação, o que evidencia a necessidade urgente de renovação e ampliação do quadro de analistas de meio ambiente.

Concluindo, precisamos garantir que esteja previsto concurso público no

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

planejamento do orçamento. Muito obrigada pela atenção. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Sandra Tadeu) - Tem a palavra o Sr. Norberto Batista.

O SR. NORBERTO ANTONIO BATISTA - Boa tarde, eu gostaria de fazer uma apresentação. A Lei 14.790, de 29/12/23, que alterou a Lei 13.756/2018, dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de cota fixa. Na realidade, regulamenta as apostas esportivas *on-line*, as chamadas *bets*, que terão que recolher os tributos - tanto empresas como apostadores. Estimativas feitas em 2023, são de R$ 50 bilhões do Brasil em apostas. Esses valores foram capturados pelo plano fiscal federal.

As minhas perguntas são as seguintes: qual a participação da Prefeitura nos impostos respectivos? Como fica o ISS de 10% sobre essa atividade? O que a Prefeitura prevê na LDO de 2026 de receita proveniente dessa atividade? É somente isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Sandra Tadeu) – Sr. Rafael Calabria.

O SR. RAFAEL CALABRIA - Boa tarde. Sou Rafael Calabria, morador da Vila Mariana, sou assessor do Vereador Nabil, mas estou aqui como morador, trazendo uma demanda bastante pontual, apesar de a pauta ser ampla, que é o túnel da Serra Madureira. Chama a atenção haver um monte de demanda popular, várias pautas de várias categorias, e essa é uma demanda que a população não quer, mas que permanece nos projetos da Casa. A população não quer os R$ 200 milhões do túnel da Sena Madureira previstos no anexo 3.

Gostaria de pedir aos Parlamentares, que têm outras pautas - corredor da Belmira Marin, corredor da Radial Leste, que desde o Doria tem sido falado, mas não sai -, disputassem essa verba que a população da Vila Mariana não quer. O corredor que propusemos para não haver o túnel foi uma das propostas mais votadas do Plano de Metas; e no texto da proposta, é falado que a população é contra o túnel. O túnel vai canalizar, vai piorar o trânsito, assim como outras obras rodoviárias - meio bilhão para fazer outra marginal Tietê paralela no Pari - são obras erradas. E, para a obra da Vila Mariana, fica claro que a população não quer esses R$ 200 milhões.

Então, a proposta aqui, ao contrário do padrão do orçamento, é não ter uma emenda

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

de R$ 200 milhões para a Vila Mariana - no caso, para o túnel Sena Madureira.

Obrigado, Srs. Vereadores. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Sandra Tadeu) – Tem a palavra o Sr. Marcelo Nerling.

O SR. MARCELO ARNO NERLING - Bom dia a todos, bom dia a todas. É uma alegria. Serei breve. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores e comunidade, que bom o que está havendo neste ano. No ano passado, salvo melhor juízo, tivemos duas pessoas participando da discussão da LDO. Neste ano, temos uma ampliação desse quadro, com bastante qualidade e inclusive com algumas inversões. Há gente vindo e pedindo que algumas demandas negativas não sejam concretizadas. Está bem interessante. Eu poderia falar do acompanhamento, Vereador Jair Tatto, que fizemos com V.Exa. nesta Comissão, pelo menos nos últimos oito 8 anos. Pela primeira vez – usando uma analogia papal -, vejo uma fumaça branca e fico feliz nesse sentido.

Quero destacar, do projeto de lei 441/2025, Major Palumbo – V.Exa. que tem a responsabilidade de relatar -, o artigo primeiro. Meu destaque é sobre o artigo primeiro, incisos I e II, que tratam da elaboração da proposta orçamentária e da estrutura e organização do orçamento. Se eu pego esse material e comparo com o material que está disponibilizado no *site* do Executivo, nós temos lá o manual de preenchimento das planilhas preparatórias do PPA; ou seja, eu já havia destacado aqui na última audiência pública que a Lei Orgânica diz que é vedada a inclusão de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias se elas forem incompatíveis com o PPA. O problema é que o PPA só chega em 30 de setembro a esta Casa, e, portanto, nós temos um *gap* orgânico aqui. A ideia não é complexificar, mas que nós nos atentemos.

Portanto, essa Lei de Diretrizes Orçamentárias ganha importância na medida em que ela fixa diretrizes também para o PPA e, obviamente, para a LOA deste ano. É por isso que ela ganha essa relevância toda, e nós precisamos prestar atenção, pois ela é uma lei a que a maioria não dá atenção, mas que vem sendo modificada. É importante percebermos, por exemplo, as alterações que estão sendo promovidas na matriz da União para que pensemos num país por inteiro. Não dá para o Governo federal funcionar numa dinâmica, o estadual em outra dinâmica

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

e o municipal em outra dinâmica. Para isso, temos duas leis básicas.

Chamo a atenção para a estrutura do orçamento. A justificativa do Excelentíssimo Sr. Prefeito diz que a Lei Complementar 101 é um grande avanço e que ela não foca mais nos resultados, mas sim na questão do equilíbrio fiscal. Veja, a Lei Complementar 101 não anulou uma lei que foi recepcionada pela Constituição, a Lei 4.320 de 1964, que Vereadora Janaína já destacava antes. Essa lei tem 16 anexos. E qual é o problema? Quando nós olhamos dentro da estrutura do Executivo, nós não temos nenhum desses 16 anexos contemplados, e essa lei não foi revogada. Então, eu tenho os anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal. O mais importante é o anexo 3, porque nele há o levantamento do que vai ser considerado como prioridade para os próximos quatro anos, por causa do Plano Plurianual e da LOA.

Então, quero chamar atenção sobre este fato. Precisamos, efetivamente, que essa Lei de Diretrizes Orçamentárias diga claramente que o nosso próximo orçamento anual, a LOA, venha contemplando os 16 anexos da Lei 4.320, especialmente o anexo 6, que é o anexo programático, o anexo dos programas.

Para concluir, neste material que está disponibilizado como Manual de Preenchimento das Planilhas Preparatórias, que foi disponibilizado, no item 2, chamado “Contextualização”, nós temos “Estrutura Funcional Programática”.

É a primeira vez que o Executivo assume isso de forma orgânica. E quando vou para a estrutura funcional programática, na contextualização, tenho claramente isso em relação à estrutura funcional. Atualmente não existe.

E se vou para baixo dos programas, idem, ou seja, há uma confissão pública que não temos planejamento no município de São Paulo, que isso é uma nau à deriva. E que também, talvez chegou o momento de fazermos o ajuste no sentido de se ter os anexos comuns, especialmente aqueles da Lei 4320 e, em específico, o anexo programático, além de que revisemos, inclusive, esse documento que já está publicizado, o qual deve ser atualizado à luz dessa Lei de Diretrizes Orçamentárias para que possamos seguir adiante.

Reconheço esse avanço, Sr. Secretário, pela primeira vez, no planejamento

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

estratégico da Prefeitura, nos últimos 10 anos. Há muito tempo não vinha isso, então tem esse mérito, mas precisamos aprofundar e podemos melhorar. E a cidade inteligente que é São Paulo está certamente disposta, como sociedade civil, a contribuir com esse debate.

Por fim, concluo com dizendo: como o Tribunal de Contas faz de contas, tanto é que eles ficaram de emitir um parecer. Esse parecer chegou ontem à noite nessa Casa, e ele só foi disponibilizado, agora, pela equipe do Mário, mas não conseguimos acessar isso ontem à noite, de qualquer sorte véspera, para nós, só Natal, o peru de Natal, o resto, não queremos saber.

Muito obrigado. (Palmas)

- Assume a Presidência o Sr. Vereador Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, professor. Última inscrita, Elaine Pimenta. Já começo a correr contra o tempo, pois precisamos liberar o espaço até às 13h. E ainda temos todos os projetos na retomada da Comissão. Antes, quero anunciar a presença do Denis Matoszko Fortes, novo integrante da nossa Assessoria Legislativa. Seja bem-vindo. Certamente você terá bastante trabalho.

(NÃO IDENTIFICADA) – Vereador, estamos com um problema técnico, temos de aguardar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está bem. Anunciei *on-line* a Vereadora Ana Carolina. De qualquer forma, reafirmo a presença dela, que é Vice-Presidente dessa Comissão. Aguardar, então resolver um problema técnico. Tem problema de áudio?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah é, a transmissão que é obrigatória. Ok. Tem um requerimento para inclusão em pé de pauta. (Pausa) Podemos seguir? Está bem. A palavra é da Eliane, 3 minutos. Por favor, Eliane Pimenta, do “Salvem Sena Madureira”.

A SRA. ELAINE PIMENTA - Bom dia, mais uma integrante de um movimento que fez história nessa cidade. O “Salvem Sena Madureira” é um movimento espontâneo da população da Vila Mariana. É um bairro de classe média que tem vários problemas sociais, inclusive, e que não quer uma verba de 200 milhões de reais. Não queremos uma verba de 200

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

milhões de reais para fazer um túnel.

Estamos representando não só o movimento, não só eu e o Rafael, mas, de posse de um abaixo-assinado, representamos quase 30 mil pessoas dessa cidade. Fizemos uma manifestação que parou a avenida Sena Madureira por dias, porque o Prefeito estava derrubando árvores, porque o Prefeito insistia em fazer executar um projeto cujo teor foi julgado como fraude. Inclusive, estava sob investigação no Tribunal de Contas, que, aliás, gostaria de aproveitar esse momento e cobrar um parecer de auditoria do mesmo Tribunal de Contas. Vale lembrar que lá estivemos, junto com o deputado Donato, cobrando isso, quando nos disseram que já tinha uma auditoria, mas, até hoje, não vimos essa auditoria pronta.

Diante disso, Vereadores, estamos na Casa, hoje, junto com uma população que vi reivindicar verbas para vários problemas da cidade, e temos os mesmos problemas: sociais, de habitação, de enchentes, temos vários problemas, nossa UBS precisa de uma reforma, entendeu? Agora, o que não queremos é o túnel da Sena Madureira. Não queremos que a verba da população de São Paulo seja gasta com um túnel que criará um problema ambiental, eliminando um corredor verde fundamental na cidade.

Pelo momento climático que estamos passando, não queremos, não aceitamos e temos, inclusive, como uma das propostas mais votadas, quarta ou terceira melhor votada, a proposta do orçamento participativo para um corredor de ônibus. Isso sim vai resolver o problema da cidade. Isso sim vai resolver o problema não só da cidade, como também o do ABC, uma vez que ali é um corredor de transporte.

Então, por favor, peço humildemente, em nome da população da Vila Mariana, que retirem essa proposta.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado Eliane, muito bem. Vereadores? Vereadoras? (Pausa)

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Peço só rapidez, por favor, por causa do tempo.

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

Então Janaina e Dheison. Keit? (Pausa) Marcelo? (Pausa) Marcelo e Keit. Ok.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - Muito rapidamente, Sr. Presidente. Reiterando, entreguei para o Sr. Secretário, esse pleito de que seja revisto o texto que chegou, originariamente, a essa Casa. Talvez até pelo próprio Executivo, em conjunto com o nosso Relator, no sentido de restringir um pouco essa questão do remanejamento e a abertura de crédito suplementares, seja dentro do mesmo programa, seja de um programa para outro, porque da maneira que veio o texto, na verdade, como disse no início, seria uma ficção.

Também solicito ao Poder Executivo, em conjunto com o nosso Relator, o olhar atencioso aos recursos que são destinados à publicidade na Peça Orçamentária. Tenho um histórico de luta contra o gasto excessivo em publicidade. E isso no que concerne às esferas federal, estadual, municipal. Na Assembleia, quando Deputada Estadual, emendei todas as peças orçamentárias para diminuir o gasto com publicidade. E o que percebemos é que, por incrível que pareça, a Prefeitura tem gastado mais em publicidade do que o próprio Estado.

Foi algo que me chocou e, por isso, apresentei também essa emenda à LDO. Entreguei-a ao Sr. Secretário objetivando reduzir esse gasto. Não significa que o Executivo precise concordar com o que estou propondo, mas algum tipo de limitação precisa acontecer.

E faço uma pergunta aos nossos Secretários, no que diz respeito a esses valores encaminhados para as subprefeituras. Em muitas das audiências que ocorreram nas regiões e nos bairros, houve queixa sobre diferenças nos valores, nos recursos enviados.

Junto com a minha assessoria, tentei fazer uma análise do que foi gasto pelas várias subprefeituras e percebemos diferenças. Por exemplo, uma subprefeitura gastando um valor muito maior em saúde do que a outra. E então fiquei com dúvidas, Srs. Secretários, também Dr. Henrique. Henrique, não é? (Pausa).

Dr. Henrique, que é Subsecretário. E a dúvida é a seguinte: como sei o que a subprefeitura pode gastar em saúde, o que é o gasto da subprefeitura em saúde, quando comparado com o gasto da pasta da Saúde?

Vejam, para poder fazer a fiscalização, preciso compreender. Então, por exemplo, o

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

senhor falou, acho que foi o senhor ou talvez o auditor, em enviar R$ 10 milhões para cada subprefeitura. Em algum momento isso foi dito. Como sei o que a subprefeitura pode fazer com aqueles R$ 10 milhões?

Quando vejo que a subprefeitura "A" gastou R$ 2 milhões em saúde, e a subprefeitura "B" gastou R$ 300 mil, como sei o que exatamente foi para uma reforma de emergência numa UBS, ou foi para um socorro? Gostaria de ter um esclarecimento nesse sentido, porque até para poder fiscalizar, tenho de ter um detalhamento maior. E não encontro, realmente.

Outro ponto, o último ponto: nas peças orçamentárias da Prefeitura, diferentemente do que acontece com o Estado…

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui, por favor, Vereadora.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Para fechar, Presidente. Às vezes aparece assim: 1 real para um programa; ou dez reais. Sabe que aquilo não é real, mas entendo que o Executivo queira deixar ali para depois poder remanejar. Para o legislador que fiscaliza, entretanto, é muito complicado. Quero saber se existe a possibilidade, seja para esta LDO, mas, principalmente, para a LOA, de recebermos um planejamento um pouco mais concreto.

No Estado, ao abrir a Peça Orçamentária, eu parecia a louca do orçamento, pois ficava checando quanto iria, por exemplo, para curso de língua estrangeira. Daí eu ligava para o lugar estava escrito na peça para saber se existia. Se não conseguia falar com eles, ia até lá. Aqui, não consigo fazer igual, porque a peça não me mostra. Então queria saber se existe esse plano de mandar uma peça um pouco mais concreta.

Não estou dizendo, com isso, que desconfio, mas como esse é nosso papel, fica difícil exercê-lo se não vem algo um pouco mais detalhado e mais concreto do Poder Executivo. Seria isso, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora. Por favor, Vereador Dheison Silva.

O SR. DHEISON SILVA – Sr. Presidente, primeiro quero concordar, integralmente,

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

com a fala da Vereadora Janaina Paschoal. Acho mesmo um absurdo uma peça dessa com tantas exceções, e um remanejamento tão grande como esse.

V.Exa. já tinha dito que, dessa forma, é fazer do Poder Legislativo um “puxadinho” do Executivo. Acho que não dá para termos tantas exceções assim.

Discutimos, na audiência pública da LDO, para falar de Cultura e, justamente, saiu essa proposta, pois temos de um limite. É superimportante isso. Inclusive, já reverenciei no plenário, hoje, na Subcomissão de Cultura, a importância da Virada Cultural.

A Virada Cultural é uma política pública que completou 2 décadas e que perpassou todos os governos, todos os debates ideológicos pelo caráter que ela tem na cidade. Porém, ela não pode ser a política pública exclusiva de cultura de São Paulo. Para isso, se formos observar, várias rubricas orçamentárias, vários editais de fomento foram zerados. Zerados nesse orçamento. Ou seja, não dá para ter um remanejamento tão amplo do orçamento para isso. Assim como está não dá para garantir uma política pública, não é apenas zerar o orçamento de outras tão importantes quanto. Portanto, é fundamental discutirmos isso.

Outro ponto que me chama a atenção, Sr. Presidente, é a projeção de endividamento da cidade. Saímos de R$ 89 bilhões de dívidas consolidada em São Paulo, em 2015, caímos, ainda na Gestão Haddad para R$ 47 bilhões. Veio caindo, mas subiu para R$ 40 bilhões e, nessa Peça Orçamentária, a projeção é de R$ 48,3 bilhões. Ou seja, vamos retroceder para mais de dez anos da dívida consolidada de São Paulo.

Queria ouvir do Sr. Secretário também um pouco sobre isso, porque é um número que salta aos olhos, uma vez que já chegamos a ter R$ 20 bilhões, no ano de 2022, também em 2023, entretanto, para 2026 projetar uma dívida de R$ 48,3 bilhões? Estamos voltando a patamares de 2016, de dez anos atrás, o que é um absurdo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Dheison. Com a palavra, Vereadora Keit Lima.

A SRA. KEIT LIMA - Boa tarde. Quero agradecer a presença do Sr. Secretário. Vou ser um pouco repetitiva, pois vou voltar aos mesmos assuntos que falei na última audiência,

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

porque, até agora, não fui respondida. Sendo assim, vou insistir nas mesmas perguntas, porque, para construirmos uma cidade com menos desigualdades, precisamos saber, e conseguir, visualizar o Orçamento. Afinal, para onde está indo o dinheiro dessa cidade.

Antes, devo dizer que concordo plenamente com que a Vereadora Janaina trouxe, assim como o Vereador Dheison. Aliás, a Vereadora Janaina conseguiu transmitir de uma maneira muito melhor do que eu, ou seja, estamos vendo é uma LDO quase que fictícia, com total esvaziamento, falta de transparência, falta de dados.

Para mim, tem ainda outras dúvidas que gostaria de pontuar. Primeiro, gostaria muito de saber de forma muito mais objetiva, muito mais clara, as informações básicas. Venho solicitando são mesmo dados básicos, tais como: a localização das coisas, a população beneficiada, os índices.

Tem algo ainda, desculpem, esqueci o nome da pessoa que levantou a questão, mas é sobre os servidores públicos. Não há previsão de contratação de servidores, de melhoria de carreira, nem de valorização salarial. Acho que precisamos trazer isso à tona para que possamos discutir como melhoria do serviço público em geral. Precisa estar na LDO. Precisamos visualizar melhor isso.

A falta de dados prejudica uma discussão séria, uma discussão enraizada, pois todos que estão nessa audiência querem construir uma cidade melhor, querem construir uma cidade com menos desigualdade, afinal estamos todos no mesmo lugar.

Para que isso aconteça e, inclusive, para que possamos apresentar emendas e ampliar essa discussão juntos, necessitamos dessas informações.

A LDO de 2026 expõe um gasto de R$ 9,6 bilhões das metas apresentadas, o que representa apenas R$ 7,5 dos R$ 128,9 bilhões que estão estimado. Essa informação dos gastos restantes precisamos ter para avançarmos nas demandas.

Para finalizar, tem ainda dois itens que gostaria ter esclarecidos. Senti muito a falta de metas voltadas diretamente para as mulheres. Nos 3 primeiros meses de 2025, aumentou em 28,42% os casos de violência sexual contra as mulheres, na capital. São dados da Secretaria de

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

Segurança Pública. E, dentro do mercado de trabalho, também não há nenhum dado.

Por último, como não poderia deixar de falar, uma enquete indica que hoje, na cidade de São Paulo, 12,5% da população paulistana vive em situação de insegurança alimentar. Acho que a LDO ignora completamente a segurança alimentar dos munícipes e, mais uma vez, precisamos discutir mesmo sobre comida na mesa.

Espero que consigamos conversar de uma forma mais objetiva e não dessa maneira que parece sermos um “puxadinho” do Prefeito Ricardo Nunes. De verdade, estamos na Casa para construirmos uma cidade melhor, não é mesmo, Vereador Marcelo Messias? Não queremos ser o “puxadinho” da Prefeitura. Queremos realmente construir uma cidade com menos desigualdade, onde as periferias estejam na centralidade, onde o orçamento chegue às favelas. Esse é o grande objetivo e é também, por isso, que os Vereadores foram eleitos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Keit. Estamos correndo contra o tempo. Vereador Major Palumbo, prefere já se manifestar e, depois, passar às considerações? Nobre Relator.

O SR. MAJOR PALUMBO – Então já vou entrar nas considerações, que serão muito rápidas. Gostaria que tivéssemos o entendimento do que realmente significa a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Assim, podemos ter um encaminhamento, porque percebi, não só nas comunicações dos nossos nobres colegas, mas também no pronunciamento da Márcia, do Professor Marcelo, mas também do Pirata e da D. Dora, assim como dos moradores da Vila Mariana e do Meio Ambiente, que estamos buscando informações pontuais

Foram considerações que, na verdade, são colocadas por meio do Plano Plurianual que começou em 2021 e que se estende até 2025. É a partir de 30 de setembro, desse ano de 2025, que começa a discussão do novo Plano Plurianual que vai se deslocar até 2029.

Logo, quando falamos das leis e diretrizes orçamentárias, vejam, são leis e diretrizes que indicam metas e objetivos.

Entretanto, quando se fala de rubrica de valores, estamos discursando sobre a Lei

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

Orçamentária – LOA. E também a LOA chegará à Casa em 30 de setembro de 2025, quando poderemos, então, por meio de todos os grandes preceitos dos objetivos e metas, conversados com o nosso Cetel, com o Emerson, na nossa Comissão junto aos secretários, aliás, agradeço muito ao Secretário Clodoaldo, ao Subsecretário Henrique, que puderam vir e falar para nós sobre essas demonstrações do orçamento.

Sendo assim, com referência a algumas pautas solicitadas, claro, D. Márcia, temos de colocá-las, mas na LOA, que é a lei própria para aplicá-las.

De outro lado, como regra geral, por que não incluir já na LDO deste ano o reajuste anual previsto para o mês de abril, por exemplo, com base no índice inflacionário? Isso são metas e objetivos, não estamos tratando de valores ainda. São essas as práticas que devemos adotar na LDO. Portanto, não podemos confundir, Dona Eliane.

Em relação ao Anexo III, é importante esclarecer que ele não se destina apenas ao exercício de 2026, como eu comentava agora há pouco com o Subsecretário Henrique. Trata-se de um anexo que contempla uma série de metas e objetivos de médio e longo prazos. Por exemplo, obras de infraestrutura viária e de macrodrenagem não podem ser concluídas dentro de um único exercício fiscal. No entanto, é essencial que essas metas estejam previstas já no Orçamento e na LDO para o próximo ano, ainda que sua execução se estenda para exercícios seguintes. São metas contínuas, herdadas de anos anteriores.

Estamos diante de uma peça orçamentária complexa – a LDO –, que envolve diversos instrumentos do Executivo, do Tribunal de Contas do Município, e também as demandas apresentadas por nós, Vereadores. Precisamos organizá-la de forma lógica e responsável.

Encerrada esta audiência pública, teremos amanhã a audiência da Lei de Responsabilidade Fiscal e, em seguida, estaremos prontos para abrir o prazo de apresentação de emendas pelos Vereadores. Todas essas considerações devem, posteriormente, constar no relatório final da LDO.

Haverá, sim, muito trabalho e muitos estudos para que possamos contemplar as reais demandas da população. Nosso objetivo é garantir que, até o dia 30 de setembro, haja

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

compatibilidade entre o Plano de Metas, o Plano Plurianual – PPA e a Lei Orçamentária Anual – LOA, com as respectivas rubricas previstas para cada valor.

Agradeço aos Secretários presentes, bem como aos Colegas Parlamentares, pela compreensão e pela dedicação à análise dessa peça tão importante e desafiadora. Reafirmo meu compromisso com a escuta ativa de todos. Como disse ontem em plenário, sou do Corpo de Bombeiros – estou aqui para ouvir e atender. Todos os colegas terão voz. Todas as contribuições serão analisadas e consideradas na hora da relatoria da LDO. Se o Executivo quiser vetar algo posteriormente, que o faça. Mas desta Casa, o relatório sairá completo, com as emendas debatidas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Vereador Major Palumbo.

Tem a palavra, para as suas considerações, o Sr. Clodoaldo Pelissioni, Secretário Executivo de Planejamento e Eficiência.

O SR. CLODOALDO PELISSIONI – Primeiramente, agradeço a presença ao Vereador Marcelo Messias e à Vereadora Sandra Tadeu.

Quero iniciar comentando o que foi dito pelo Relator, Vereador Major Palumbo: a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO define as premissas de como o Orçamento será apresentado, indicando diretrizes para os anos seguintes. Já o detalhamento, onde os recursos serão efetivamente investidos, com as rubricas específicas, será feito na LOA – Lei Orçamentária Anual. É uma distinção importante.

Respondendo à Vereadora Keit, que fez duas observações relevantes:1. Políticas para mulheres – Hoje, a Prefeitura mantém um atendimento especializado por meio de uma casa de acolhimento que oferece suporte integral a mulheres vítimas de violência. Além disso, temos um programa habitacional específico para essas mulheres, com concessão de cartas de crédito especiais. Existe, sim, um olhar atento e comprometido com essa pauta. 2. Segurança alimentar – Vale lembrar que, no ano passado, houve votação contra o projeto de segurança alimentar proposto pelo Executivo. Atualmente, temos 60 cozinhas-escola em funcionamento nas periferias da cidade, em parceria com ONGs que capacitam jovens na área da gastronomia e ainda

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

oferecem refeições gratuitas à população. É um trabalho expressivo. Em breve, também será inaugurado o sétimo Armazém Solidário, que comercializa alimentos a preço de custo para as famílias inscritas no CadÚnico. Essa é uma política alimentar voltada às pessoas que realmente precisam. E vamos inaugurar o sétimo Armazém Solidário. Então, sim, nós temos esse olhar atento e detalhado. Vereador, quando vamos às ruas, levamos esse compromisso, que será apresentado na Lei Orçamentária.

Agora, voltando à questão da Cultura: a cidade de São Paulo, felizmente – tem hoje um dos maiores orçamentos de cultura do país. Se não me engano, é o terceiro maior orçamento público de cultura do Brasil. O Estado do Rio de Janeiro tem um orçamento menor que o nosso. Minas Gerais também. Portanto, é um orçamento robusto.

Temos a Lei de Fomento, cujos editais foram publicados. Temos a Virada Cultural e mais de cem equipamentos culturais mantidos com programação ativa pela Prefeitura. Então, dizer que não temos cultura não corresponde à realidade. Muito pelo contrário. E, além disso, temos a atuação da iniciativa privada, que também contribui enormemente com a cultura na cidade. Na minha opinião, São Paulo é a capital brasileira da cultura. Não vamos desmerecer isso.

O SR. DHEISON SILVA – Mas Secretário, não foi isso que foi dito. O questionamento não foi nesse sentido.

O SR. CLODOALDO PELISSIONI – Eu sei. Só estou fazendo essa consideração.

A SRA. KEIT LIMA – E não consta da LDO.

O SR. CLODOALDO PELISSIONI – Seguindo com as considerações finais, sobre os pontos levantados pelo Tribunal de Contas e pela nobre Vereadora – a quem agradeço pela contribuição –, vamos falar sobre as exceções orçamentárias. Se, ao final do ano, for necessário suplementar recursos para pagamento de pessoal, essa é uma das exceções previstas. Com relação à Saúde: a União está aportando 18% a menos este ano no orçamento da saúde do município de São Paulo. No ano passado, esse percentual foi de 18%. A Política Nacional de Saúde do Governo Federal deveria rever a tabela do SUS, que está congelada há muitos anos.

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

Isso prejudica a remuneração dos procedimentos. Se pegarmos, por exemplo, um médico da rede privada, ele não conseguiria atuar com os valores pagos pelo SUS. Por isso as Santas Casas estão quebrando. Graças ao trabalho de todos aqui, o orçamento da saúde – que há dez anos era de R$ 9 bilhões – hoje está em R$ 22 bilhões. Não é brincadeira.

Temos, sim, aberto novos equipamentos. É uma política do prefeito Ricardo Nunes: UBSs, UPAs, e serviços com qualidade. A última pesquisa do Datafolha, que mede anualmente os melhores serviços da cidade, apontou o SUS como vencedor – à frente, inclusive, do Poupatempo. Quando eu fui Secretário de Estado, ia receber o prêmio pelo Metrô. E hoje, o SUS ganhou. Não foi por causa da tabela do SUS, que está defasada. Foi pelo trabalho que a Prefeitura tem executado. Portanto, se for necessário suplementar a Saúde no final do ano, nós vamos fazer isso. No ano passado, colocamos quase dois bilhões a mais. A tabela do SUS limita não só o valor dos procedimentos, mas também a quantidade. Não é brincadeira.

Quanto às Operações de Crédito, isso não depende apenas de mim. Eu gostaria muito de já estar com essas operações aprovadas. Estamos trabalhando, fazendo reuniões com o BNDES, com o Banco Mundial, mas isso depende da aprovação do Governo Federal e, quando são operações internacionais, do Senado. Mesmo que eu assine a operação, ela ainda precisa de tramitação. Essas são exceções. Não se trata de tirar dinheiro de "A", "B" ou "C".

Sobre recursos vinculados, o Fundurb tem uma lei aprovada nesta Casa que determina a alocação dos recursos – 40% para habitação popular, 30% para mobilidade e 30% para outros programas sociais. Cumprimos rigorosamente o que a lei determina. Agora, se o Fundurb arrecada R$ 50 milhões a mais, temos o poder de definir a destinação. Isso também é uma exceção prevista. Importante destacar: essas exceções não são brechas para fazermos o que quisermos com o dinheiro. São mecanismos legais que facilitam a destinação do recurso para onde é necessário.

No caso da Educação, se a arrecadação for maior, temos que cumprir o mínimo constitucional de 25%. Portanto, se suplementarmos a Educação, será para atender essa exigência legal. Essas são, basicamente, as exceções.

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

Com relação às campanhas publicitárias, a área de comunicação da nossa Secretaria elaborou um levantamento sobre a proporção entre arrecadação e gastos com publicidade. A cidade de São Paulo apresenta o menor índice. Pretendo solicitar oficialmente esse levantamento para encaminhá-lo ao Vereador, a fim de demonstrar que, em comparação, até cidades como Sorocaba investem proporcionalmente mais em publicidade frente à sua arrecadação. O próprio Estado de São Paulo, onde atuei por 22 anos, gasta mais do que o município.

Reforço que solicitarei essa tabela e enviarei ao Vereador, agradecendo pela preocupação demonstrada – que considero legítima. É realmente fundamental garantir que os gastos com comunicação sejam estritamente voltados à informação do cidadão.

Em relação aos demais pontos levantados pelo Tribunal, já tratamos das exceções. Sobre o congelamento de recursos, é importante destacar que ninguém gosta dessa medida: nem a Fazenda, tampouco eu. O Prefeito estabeleceu como meta não aumentar impostos, não criar taxas novas nem autorizar qualquer proposta nesse sentido. Essa diretriz está absolutamente correta.

Trabalhamos com um orçamento compatível com a arrecadação e com o que a população está disposta a contribuir. Por isso, adotamos critérios técnicos e legais para o congelamento de recursos. Os principais são: 1. Obras não iniciadas – priorizamos as obras em andamento para que nenhum investimento seja interrompido. 2. Programas essenciais – como saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, que não podem ser afetados. 3. Verbas ainda não devidamente empenhadas; ou seja, sem compromisso formal assumido. 4. Recursos que podem ser racionalizados ou readequados para maior eficiência.

Sempre afirmo que custos são como unhas: precisam ser aparados com frequência. Assim como cortamos as unhas toda semana, o controle de custos deve ser constante – diário, se possível. Esse compromisso com a racionalização garante mais recursos para investir em cultura, saúde, educação, mobilidade, infraestrutura, drenagem urbana – especialmente importante para a periferia – e habitação social. Atualmente, temos mais de 45 mil unidades

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

habitacionais em obras, com a meta de entregar 40 mil delas até o fim deste exercício.

Por fim, em relação ao Orçamento Participativo, esclareço que ele vem sendo aprimorado ao longo dos anos. Integramos esse mecanismo aos Conselhos Participativos eleitos nas subprefeituras. Esses Conselhos são responsáveis por eleger as metas prioritárias. Importante destacar que os dez milhões destinados a essas metas não serão, sob nenhuma hipótese, congelados.

Recentemente, realizamos uma reunião com os subprefeitos para cobrar a execução dessas metas. Participei pessoalmente de sete ou oito audiências públicas, e fiquei impressionado com o engajamento da população. Só elogios. Mesmo nos encontros que não pude comparecer, tivemos mais de 40 mil participações *on-line*. É fundamental que essas prioridades definidas democraticamente sejam respeitadas e efetivamente implementadas.

Outra questão importante é a regionalização do orçamento. Estamos desenvolvendo, em parceria com a Fundação Tide Setubal, um trabalho que concede um prêmio às Secretarias que promovem a regionalização. Nesse contexto, estamos desenvolvendo um projeto com o objetivo de regionalizar o orçamento de forma racional. Por exemplo, na área da Saúde, temos um custo significativo com pessoal. O nosso esforço é no sentido de que possamos regionalizar todas as despesas da Educação por subprefeitura. Isso porque, além dos recursos que já possuímos, há também os gastos das demais secretarias. No caso da Saúde, por exemplo, a própria Secretaria possui equipamentos distribuídos por todas as subprefeituras.

O nosso trabalho é garantir que essa estrutura possa ser regionalizada. Assim, qualquer cidadão – e, sobretudo, os Vereadores, eleitos para exercer essa função – poderá verificar se, em determinada subprefeitura, há recursos disponíveis para investimentos adequados, ou se a área da Saúde, por exemplo, já não dispõe mais de verba. De modo geral, o investimento em Saúde tem sido mais direcionado às regiões periféricas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Secretário Clodoaldo.

Tem a palavra o Vereador Dheison.

O SR. DHEISON SILVA – Presidente, não tomarei mais que um minuto. Gostaria

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

apenas de esclarecer a todos que o Secretário não respondeu à pergunta formulada. Não estou questionando o orçamento da Cultura – muito pelo contrário. Sou presidente da Subcomissão de Cultura, e nossa luta aqui é justamente por mais recursos para o setor. É motivo de reconhecimento o fato de a cidade de São Paulo ser uma das que mais possuem orçamento voltado à Cultura. No entanto, meu questionamento diz respeito ao remanejamento orçamentário, Secretário. Existem leis de fomento – hoje são 17 em vigor na cidade de São Paulo – cujas rubricas orçamentárias estão zeradas.

Esse era o ponto da minha pergunta. No entanto, V.Exa., por meio de um jogo de palavras, não respondeu objetivamente, o que acabou gerando a impressão equivocada de que eu estava questionando o orçamento como um todo, o que não procede. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Gustavo Ripper, Coordenador de Controle Externo do Tribunal de Contas.

O SR. GUSTAVO RIPPER – Agradeço a palavra, Presidente, e também as considerações dirigidas ao Tribunal. Tenho apenas três observações breves: Em primeiro lugar, com relação à disponibilização do nosso relatório de auditoria, acredito que o caminho mais prático, se possível, seja sua inclusão no processo legislativo ou, alternativamente, que seja disponibilizado diretamente pela Comissão. Dessa forma, haveria uma centralização mais eficiente no acesso ao documento – é uma sugestão.

Em segundo lugar, informo que, a cada ano, temos buscado maior tempestividade na entrega desse relatório. Temos conseguido adiantar essa entrega progressivamente, ano após ano. Contudo, reafirmo as ressalvas já feitas na primeira audiência – também mencionadas pelo Vereador Relator – no que se refere à complexidade e à materialidade do projeto apresentado. Os números envolvidos são extremamente expressivos, o que exige rigor e tempo na análise. Ainda assim, temos evoluído constantemente nesse aspecto.

O terceiro e último ponto refere-se ao relatório de auditoria das obras na Avenida Sena Madureira. Entrarei em contato com a Coordenadoria responsável – a Coordenadoria de Obras, que é distinta da minha, voltada à área financeira – para verificar o andamento desse

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 02/06/2025 00:57:13.

relatório e, em seguida, encaminharei a resposta por *e-mail* à Comissão.

Obrigado.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU – Sr. Presidente, gostaria de reiterar o pedido para que o Sr. Gustavo nos envie o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ele enviará amanhã à Comissão, Vereadora Sandra.

Tem a palavra o Sr. Henrique, da Secretaria da Fazenda, Subsecretário da Secretaria Municipal da Fazenda.

O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO – Gostaria apenas de responder, de forma objetiva, à questão do ISS incidente sobre as empresas de apostas, as *bets*. O Município promoveu uma alteração legal com o intuito de ajustar a base de cálculo do imposto, de modo a garantir competitividade na atração dessas empresas, estimulando sua instalação no Município de São Paulo. A alíquota do ISS foi, portanto, adequada com esse objetivo.

Além disso, no âmbito normativo, foram definidos critérios para a dedução da base de cálculo do ISS, considerando os valores que não constituem receitas efetivas da própria empresa. Neste exercício, teve início a arrecadação do tributo, que tem apontado uma média mensal de 25 milhões mensais.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Sr. Henrique.

Nada mais a tratar, agradeço a todos a presença e declaro encerrada esta audiência pública.

Matéria AUD 90/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 02/06/2025 e juntado ao PL 441/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=639288.